

**APÊNDICE D – Referências****I. Normas municipais**

BELO HORIZONTE. Decreto n. 12.362, de 3 de maio de 2006. Cria o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/12362/2006>>>. Acesso em 30 nov. 2022.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 16.509, de 19 de dezembro de 2016. Regulamenta o art. 46 da Lei n. 10.534/2012, no tocante à elaboração, apresentação, aprovação e implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) no Município de Belo Horizonte. **Diário Oficial do Município (DOM)**, Belo Horizonte, ano 22, n. 5.192, p. 4-12, 20 dez. 2016. [Ver: arts. 1º- 3º].

BELO HORIZONTE. Decreto n. 16.681, de 31 agosto de 2017. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. **DOM**, Belo Horizonte, ano 23, n. 5.366, p. 14-17, 1º set. 2017. Disponível em: <<<https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/2097>>>. Acesso em: 13 out. 2022.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 16.682, de 31 de agosto de 2017. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/16682/2017>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 16.692, de 5 de setembro de 2017. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/16692/2017>>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 16.738, de 6 de outubro de 2017. Dispõe sobre a organização da Controladoria Geral do Município. **DOM**, Belo Horizonte, ano 23, n. 5.390, p. 1-3, 7 out. 2017. [Ver: art. 18, III].

BELO HORIZONTE. Decreto n. 16.885, de 11 de abril de 2018. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Política Urbana. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/16885/2018>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n 17.266, de 28 de janeiro de 2020. Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento de empreendimentos ou intervenções urbanísticas de impacto e dá outras providências. Disponível em: <<<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/dec17266.pdf>>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 17.273, de 04 de fevereiro de 2020. Regulamenta os Títulos V a IX da Lei n. 11.181, de 8 de agosto de 2019, sobre parcelamento do solo,

ocupação do solo, uso do solo, áreas de interesse ambiental e patrimônio cultural e urbano no Município, e dá outras providências. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/17273/2020>>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 17.414, de 19 de agosto de 2020. Regulamenta o Fundo Municipal de Saneamento e o Conselho Municipal de Saneamento. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/17414/2020>>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 17.556, de 2 de março de 2021. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Superintendência de Desenvolvimento da Capital. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/17556/2021>>>.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 18.318, 16 de maio de 2023. Institui a Comissão de Gestão Integrada do Conjunto Moderno da Pampulha. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/18318/2023>>.

BELO HORIZONTE. Deliberação Normativa n. 102, de 25 de novembro de 2020, do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam-BH). Delibera sobre o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto no município de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/legislacao-municipal/deliberacoes-normativas>

BELO HORIZONTE. Lei n. 4.253, de 4 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a política de proteção do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município de Belo Horizonte. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/4253/1985>>>.

BELO HORIZONTE. Lei n. 7.932, de 30 de dezembro de 1999. Autoriza o Executivo a associar o Município a outras entidades, visando à criação de associação civil comunitária e dá outras providências. Disponível em: <<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/7932/1999>>>.

BELO HORIZONTE. Lei n. 8.260, de 3 de dezembro de 2001. Institui a política municipal de saneamento e dá outras providências. **DOM**, Belo Horizonte, ano 7, n. 1.510, p. 69-75, 4 dez. 2001. (Modificada pela Lei n. 10.433/2012). [Ver: arts. 5º, inciso II, e 15, inciso V].

BELO HORIZONTE. Lei n. 9.037, de 14 de janeiro de 2005. Institui o plano de ação - Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - PROPAM - em Belo Horizonte, e regulamenta as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e Trevo, em conformidade com as leis nºs 7.165/96 e 7.166/96. **DOM**, Belo

Horizonte, ano 11, n. 2.283, p. 89-98, 15 jan. 2005. Disponível em: <<<https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/edicao/5432>>>. Acesso em: 13 out. 2022.

BELO HORIZONTE. Lei n. 10.534, de 10 de setembro de 2012. Dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, e dá outras providências. **DOM**, Belo Horizonte, ano 18, n. 4.150, p. 1-12, 11 set. 2012. [Ver: arts. 1º, 2º, 5º, 18-27, 43-45, 55-57 e 70-73].

BELO HORIZONTE. Lei n. 11.065, de 1º de agosto de 2017. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências. **DOM**, Belo Horizonte, ano 23, n. 5.346, p. 4-18, 2 ago. 2017. [Ver: art. 53, inciso XI].

BELO HORIZONTE. Lei n. 11.098, de 29 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2018-2021. **DOM**, Belo Horizonte, ano 23, n. 5.444, p. 6-20, 30 dez. 2017. [PPAG. Ação 1244: Implantação do Programa Pampulha Viva].

BELO HORIZONTE. Lei n. 11.181, de 8 de agosto de 2019. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. **DOM**, Belo Horizonte, ano 25, n. 5.832, p. 1-66, 9 ago. 2019. [Ver: art. 4º, IX, “a”, art. 6º, XIII-XVI; art. 10, II; art. 30, IX; art. 36, § 2º, I; art. 104; art. 112; art. 153, § 4º; art. 161; art. 185, arts. 194-197; arts. 226-233].

BELO HORIZONTE. **Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte – PMS-BH 2016-2019** (atualização 2016). Belo Horizonte: PBH-PMSBH, 2016. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BELO HORIZONTE. **Plano Municipal de Saneamento: 2020-2023** (Criado em 19/02/2018 – atualizado em 24/02/2022). Belo Horizonte, PBH, dez. 2020. v. 1- Texto. 321 p. [Ver: arts. 5º, II; 15, V].  
<<[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/obras-e-infraestrutura/2021/\\_pms2020-2023\\_texto\\_completo.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/obras-e-infraestrutura/2021/_pms2020-2023_texto_completo.pdf)>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CONTAGEM. Decreto n. 430, de 20 de março de 2018 (revogado pelo Decreto Municipal n. 616/2022). Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Disponível em: <<<http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=492677>>> (revogado). Acesso em 8 nov. 2021.

CONTAGEM. Decreto n. 437, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Disponível em:  
<<<http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=982930>>>. Acesso em 8 nov. 2021.

CONTAGEM. Decreto n. 452, de 26 de março de 2018 (revogado pelo Decreto Municipal n. 765/2022). Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Disponível em: <<<http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=757703>>> (revogado).

CONTAGEM. Decreto n. 456, de 28 de março de 2018 (revogado pelo Decreto Municipal n. 764/2022). Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/legislacao/dec004562018-20180402022029.pdf> (revogado).

CONTAGEM. Decreto n. 457, de 28 de março de 2018 (revogado pelo Decreto Municipal n. 766/2022). Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Alterado pelos Decretos ns. 781/2018, 1015/2019, 1357/2019, 252/2021. **Diário Oficial Eletrônico de Contagem (DOC-e)**, Contagem, ano 26, n. 4313, p. 73-79, 28 mar. 2018. [Ver: art. 7º, VI, XV]. Disponível em: <https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/2196>. Acesso em: 25 ago. 2022. (revogado)

CONTAGEM. Decreto n. 616, de 1º de julho de 2022. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos. Disponível em: <<<https://portalpmc.contagem.mg.gov.br/?legislacao=918466>>>.

CONTAGEM. Decreto n. 764, de 9 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, as competências e atribuições de suas unidades e as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos. Disponível em: <<<https://portalpmc.contagem.mg.gov.br/?legislacao=428859>>>.

CONTAGEM. Decreto n. 765, de 9 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos e dá outras providências. Disponível em: <<https://portalpmc.contagem.mg.gov.br/?legislacao=242377>>.

CONTAGEM. Decreto n. 766, de 9 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, as competências e atribuições de suas unidades, as definições e normas sobre seu quadro de pessoal e cargos. Disponível em: <<https://portalpmc.contagem.mg.gov.br/?legislacao=691829>>.

CONTAGEM. Lei n. 3.207, de 12 de julho de 1999. Autoriza o Executivo a associar o Município a outras entidades, visando a criação de associação civil comunitária e dá outras providências. Disponível em:

<<<http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=669584>>>.

CONTAGEM. Lei n. 3.789, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de aplicação e dá outras providências.

CONTAGEM. Lei n. 4.377, de 14 de julho de 2010. Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico, seus instrumentos e dá outras providências. **Diário Oficial de Contagem (DOC)**, Contagem, ano 19, n. 2525, p. 10-12, 19 jul. 2010. [Ver: art. 34, V]. Disponível em: <https://contagem.mg.gov.br/arquivos/doc/2525web2.pdf> [ver também] <<https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/337>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CONTAGEM. Lei n. 4.965, de 3 de outubro de 2018. Cria o Parque Natural Municipal Nascentes do Sarandi e dá outras providências. Disponível em: <<[http://legislativo.cmc.mg.gov.br:8080/sapl/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=765](http://legislativo.cmc.mg.gov.br:8080/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=765)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 247, de 29 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. **DOC-e**, Contagem, ano 26, n. 4255, p. 197-210, 29 dez. 2017. [Ver: arts. 6º, §1º, II-III; 8º, VI-VII; 12, I-II; 23, V, IX]. Disponível em: <<<https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/2128>>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 248, de 11 de janeiro de 2018. Institui o Plano Diretor de Contagem e dá outras providências. Alterada pela LC 266/2018 e revogada pela LC 295/2020. **DOC-e**, Contagem, ano 26, n. 4281, p. 3-48, 6 fev. 2018. [Ver: arts. 37, II; 135]. Disponível em: <<<https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/2163>>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 255, de 11 de junho de 2018. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Controle Interno e dá outras providências. Alterada pela LC 270/2018 e LC 293/2020, acrescida pela LC 293/2020. **DOC-e**, Contagem, ano 26, n. 4360, p. 8-17, 11 jun. 2018. [Ver: arts. 2º, §§2º- 3º, III, V; 5º, I- II]. Disponível em: <<https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/2253>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 295, de 30 de janeiro de 2020. Disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no Município de Contagem, e dá outras providências. **DOC-e**, Contagem, ano 27, n. 4753, p. 1-98, 30 jan. 2020. [Ver: arts. 99-100]. Disponível em: <<<https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/2671>>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

## II. Normas estaduais

MINAS GERAIS. Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo. **Estatuto Social - Agência de bacia hidrográfica Peixe Vivo** (8ª alteração). Belo Horizonte, 14 fev. 2019. 17 p. [Ver: art. 6º, I]. Disponível em:

<<<https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2019/09/8ª-Alteração-Estatuto-Social-Agência-Peixe-Vivo.pdf>>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). **Nota Técnica GRT 13/2020: Aprimoramento da Tarifa Social e da metodologia de análise da capacidade de pagamento nos prestadores regulados**. Belo Horizonte, out. 2020. 29 p. (Versão preliminar antes da audiência pública n. 31/2020). Disponível em: <<[http://www.arsae.mg.gov.br/images/documentos/audiencia\\_publica/31/NT\\_Aprimoramento\\_Tarifa\\_Social\\_Verso\\_Final.pdf](http://www.arsae.mg.gov.br/images/documentos/audiencia_publica/31/NT_Aprimoramento_Tarifa_Social_Verso_Final.pdf)>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). **Resolução Arsae-MG 20, de 11 de abril de 2012** (que revogou a Resolução Arsae-MG 004, 23 mar. 2011). Autoriza reajuste tarifário dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG) e dá outras providências. Belo Horizonte, 11 abr. 2012. 4 p. Disponível em: <<[http://www.arsae.mg.gov.br/images/documentos/resolucao\\_20\\_2012\\_reajuste\\_tarifario\\_copasa\\_2012.pdf](http://www.arsae.mg.gov.br/images/documentos/resolucao_20_2012_reajuste_tarifario_copasa_2012.pdf)>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). **Resolução Arsae-MG n. 131, de 11 de novembro de 2019**. Estabelece as condições gerais para prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário regulados pela Arsae-MG. Disponível em: <<<http://www.arsae.mg.gov.br/2019/11/11/resolucao-131-2019/>>>.

MINAS GERAIS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Deliberação n. 04, de 10 de fevereiro de 2006**. Cria o sub-comitê do Ribeirão da Onça em Contagem e Belo Horizonte. Disponível em: <<<https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/files/images/2014/cbhvelhas/deliberacoes/DN%2004-2006%20cria%20SCBH%20Onca.pdf>>>.

MINAS GERAIS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Deliberação Normativa n. 01, de 9 de fevereiro de 2012**. Define as Unidades Territoriais Estratégicas – UTE, da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em: <https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/arquivos/images/CBHVELHAS/deliberacoes/dn01-2012%20unidades%20territoriais.pdf>.

MINAS GERAIS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Deliberação n. 05, de 2 de agosto de 2019**. Altera e consolida o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em:

<<<https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2019/12/5.-DELIBERACAO-CBH-VELHAS-REGIMENTO-INTERNO-Agosto2019.pdf>>>. (revogada)

MINAS GERAIS. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Deliberação n. 20, de 29 de junho de 2022**. Altera e consolida o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Disponível em:

<<[https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2022/09/020-2022-DELIBERACAO-CBH-RIO-DAS-VELHAS-\\_Regimento-Interno.pdf](https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2022/09/020-2022-DELIBERACAO-CBH-RIO-DAS-VELHAS-_Regimento-Interno.pdf)>>.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). **Deliberação Normativa n. 20, de 24 de junho de 1997**. Dispõe sobre o enquadramento das águas da bacia do rio das Velhas. Disponível em:

<<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=115>>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). **Deliberação Normativa Copam n. 217, de 6 de dezembro de 2017**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:

<<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558>>>.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). **Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH-MG n. 01, de 5 de maio de 2008**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, 13 maio 2008, retificado em 20 maio 2008. Disponível em:

<<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8151>>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). **Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH-MG n. 02, de 8 de setembro de 2010**. Institui o Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas, que estabelece as diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por substâncias químicas. **Minas Gerais** - Diário do Executivo – 16/09/2010, republicado em 29/12/2010. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=14670>>.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). **Deliberação Normativa Conjunta Copam-CERH/MG n. 8, de 21 de novembro de 2022**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Minas Gerais - Diário do Executivo, 02/12/2022. Disponível em:

<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=56521#:~:text=1%C2%B0%2>>

0%E2%80%93%20Esta%20delibera%C3%A7%C3%A3o%20normativa,em%20corpos%20de%20C3%A1gua%20receptores>.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG). **Deliberação Normativa CERH-MG n. 54, de 9 de maio de 2017**. Dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para a elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, bem como mecanismos e critérios de acompanhamento de sua implantação e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, 10 maio 2017. [Ver: arts. 4º-5º (I-VII, parágrafo único), 6º- 7º]. Disponível em: <<<http://www.compe.org.br/estadual/deliberacoes/cerh/542017.pdf>>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 28. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 23.646, de 26 de junho de 1984. Aprova o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, em Belo Horizonte. Disponível em: <<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23646&comp=&ano=1984>>>.

MINAS GERAIS. Decreto n. 39.692, de 29 de junho de 1998. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, 30 jun. 1998. p. 6 [Ver arts. 1º-2º, IX]. Disponível em: <<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=39692&comp=&ano=1998&aba=jstextoAtualizado#texto>>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 41.578, de 8 de março de 2001. Regulamenta a Lei n. 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, de 9 mar. 2001. [Ver art. 2º, I-VI: integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) a SEMAD como órgão central coordenador e o IGAM como órgão gestor desse sistema]. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=41578&comp=&ano=2001&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=41578&comp=&ano=2001&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 46.774, de 9 de junho de 2015. Institui os Fóruns Regionais de Governo e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, 10 jun. 2015. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46774&comp=&ano=2015&aba=js\\_textoOriginal#textoi](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46774&comp=&ano=2015&aba=js_textoOriginal#textoi)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 46.953, de 23 de fevereiro de 2016. Dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, de que trata a Lei

n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=46953&ano=2016&tipo=DEC>>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.727, de 2 de outubro de 2019. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e dá outras providências. Disponível em: <<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47727&comp=&ano=2019&texto=consolidado>>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.760, de 20 de novembro 2019. Contém o Estatuto da Fundação Estadual do Meio Ambiente e dá outra providência. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47760&comp=&ano=2019&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47760&comp=&ano=2019&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.774, de 3 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Controladoria-Geral do Estado. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47774&comp=&ano=2019&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47774&comp=&ano=2019&aba=js_textoAtualizado#texto)>.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.787, de 13 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, 14 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=47787&comp=&ano=2019&texto=consolidado#texto>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.866, de 19 de fevereiro de 2020. Estabelece o regulamento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 1, 20 fev. 2020. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47866&comp=&ano=2020&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47866&comp=&ano=2020&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.892, de 23 de março de 2020. Estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47892&comp=&ano=2020&aba=js\\_textoOriginal#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47892&comp=&ano=2020&aba=js_textoOriginal#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.921, de 22 de abril de 2020. Contém o Estatuto do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Disponível em: <<Assembleia Legislativa de Minas Gerais ([almg.gov.br](http://www.almg.gov.br))>>.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.930, de 29 de abril de 2020. Contém o Regulamento da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em:

<<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47930&comp=&ano=2020>>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 48.209, de 18 de junho de 2021. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=48209&comp=&ano=2021&aba=js\\_textoOriginal#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=48209&comp=&ano=2021&aba=js_textoOriginal#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Deliberação CBH Rio das Velhas n. 4, de 10 de fevereiro de 2006. Cria o sub-comitê do ribeirão da Onça em Contagem e Belo Horizonte. Belo Horizonte, CBH Rio das Velhas, 2006. 1 p. Disponível em: <<<https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/files/images/2014/cbhvelhas/deliberacoes/DN%2004-2006%20cria%20SCBH%20Onca.pdf>>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n. 88, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 1: col. 2, 13 jan. 2006. Disponível em:

<<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=88&comp=&ano=2006&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=88&comp=&ano=2006&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n. 89, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 3: col. 1, 13 jan. 2006. [Ver: art. 8º, incisos IV, V e VI]. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=89&comp=&ano=2006&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=89&comp=&ano=2006&aba=js_textoAtualizado#texto)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n. 107, de 12 de janeiro de 2009. Cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH). **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 1: col. 1, 13 jan. 2009. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=107&comp=&ano=2009&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=107&comp=&ano=2009&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 2.126, de 20 de janeiro de 1960. Estabelece normas para o lançamento de esgotos e resíduos industriais nos cursos de águas. Disponível em: <<Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ([almg.gov.br](http://almg.gov.br))>>.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 6.084, de 15 de maio de 1973. Dispõe sobre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG). **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 5: col. 1, 17 maio 1973. Disponível em:

<<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=6084&comp=&ano=1973&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=6084&comp=&ano=1973&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 13.199, de 29 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 3: col. 2, 30 jan. 1999 (retificação: idem, p. 1: col. 1, 8 jul. 1999). [Ver: arts. 2º-8º; 10; 14-16; 24; 31-47]. Disponível em: <<[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13199&comp=&ano=1999&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13199&comp=&ano=1999&aba=js_textoAtualizado#texto)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 18.309, de 3 de agosto de 2009. Estabelece normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cria a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG), e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 1: col. 1, 4 ago. 2009 (retificação: idem, p. 1: col. 1, 6 ago. 2009). [Ver art. 6º, VII]. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18309&comp=&ano=2009&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18309&comp=&ano=2009&aba=js_textoAtualizado#texto)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. Disponível em: <<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=21972&ano=2016&tipo=LEI>>>.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 23.304, de 30 de maio de 2019. Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 3: col. 1, 31 maio 2019 (rejeição de veto: idem, p. 1: col. 1, 25 jul. 2019). [Ver art. 42, VII]. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23304&comp=&ano=2019&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23304&comp=&ano=2019&aba=js_textoAtualizado#texto)>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 23.578, de 15 de janeiro de 2020. Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2020-2023 (PPAG 2020-2023). Atualizada até 29 nov. 2021. **Minas Gerais** - Diário do Executivo, p. 4: col. 2, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23578&comp=&ano=2020>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas – **PDRH Rio das Velhas 2015: Resumo Executivo**. Belo Horizonte, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), 2015. 237 p. Disponível em: <<[https://siga.cbhvelhas.org.br/publicacoesArquivos/siplan\\_pubMidia\\_Resumo\\_Executivo.pdf](https://siga.cbhvelhas.org.br/publicacoesArquivos/siplan_pubMidia_Resumo_Executivo.pdf)>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). **Resolução n. 16, de 5 de outubro de 2011**. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Disponível em:

<<https://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/DownloadPDF/977863>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

### III. Normas Federais

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução n. 274, de 29 de novembro de 2000**. Revisa os critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras. Publicação DOU nº 018, de 08/01/2001. Disponível em: [http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=272](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=272).

BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução n. 357, de 17 de março de 2005**. Disponível em:

<<[http://pnqa.ana.gov.br/Publicacao/RESOLUCAO\\_CONAMA\\_n\\_357.pdf](http://pnqa.ana.gov.br/Publicacao/RESOLUCAO_CONAMA_n_357.pdf)>>. Acesso em 19 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução n. 91, de 5 de novembro de 2008**. Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos. Disponível em:

<<[https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucoes/resolucao\\_91.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucoes/resolucao_91.pdf)>>. Acesso em 19 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações pelas emendas constitucionais até E.C. n. 125, de 14/07/2022. Brasília: [Senado Federal], 2022. Disponível em:

<<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Decreto n. 11.371, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<[Del0025\\_37 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Portaria n. 340, de 7 de agosto de 2015**. Dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha Patrimônio Mundial. Disponível em: <<<https://www.gov.br/mme/pt-br/arquivos/do-10-08-2015-s1.pdf>>>.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Portaria n. 88, de 19 de março de 2018**. Altera a Portaria n. 340, de 7 de agosto de 2015, que dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha Patrimônio

Mundial. Disponível em: <<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-88-de-19-de-marco-de-2018-7175421>>>.

BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **DOU**, Brasília, 9 jan. 1997. [Ver: arts. 9º-10; 31-33; 38, I, III-IV; 44, I, V, VI, XI, *a*, *c*]. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>.

BRASIL. Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 7 abr. 2005. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; [...]. **DOU**, Brasília, 8 jan. 2007. [Ver: art. 3º, I, *a*, *b*, *c*, *d* (saneamento básico - definição)]. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/L11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445.htm)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. [...]. **DOU**, Brasília, de 18 de nov. 2011, ed. extra. [Ver: arts. 3º; 7º]. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12527.htm)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>>.

BRASIL. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 13 de jan. 2015. [Ver arts. 6º-10]. Disponível em: <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13089.htm)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e (...). Disponível em: <<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/14026.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14026.htm)>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n. 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções CONAMA n. 393/2007, 397/2008, 410/2009 e 430/2011. **DOU**: seção 1, Brasília, n. 053, p. 58-63, 18 de mar. 2005. Disponível em: <[http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=450](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=450)>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n. 420, de 28 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. **DOU**: seção 1, Brasília, n. 249, p. 81-84, 30 dez. 2009. Alterada pela Resolução CONAMA nº 460/2013 (altera o prazo do art. 8º, e acrescenta novo parágrafo). Disponível em: <<[http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=601](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=601)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama n. 454, de 1º de novembro de 2012**. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional. **DOU**: seção 1, Brasília, n. 216, p. 66, 8 nov. 2012. Revoga as Resoluções n. 344/2004 e 421/2010. Disponível em: <<[http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=667](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=667)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH n. 145, de 12 de dezembro de 2012**. Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências. **DOU**, Brasília, 26 fev. 2013. Disponível em: <<[http://www.ceivap.org.br/Resolucao-CNRH 145](http://www.ceivap.org.br/Resolucao-CNRH%20145)>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

#### IV. REFERÊNCIAS citadas em notas de rodapé

BELO HORIZONTE. Companhia Urbanizadora e de Habitação De Belo Horizonte (URBEL). **Estatuto Social**. Disponível em:

<<[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2022/Ata%20AGO\\_AGE\\_29-04-2022%20Aprovada%20JUCEMG.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2022/Ata%20AGO_AGE_29-04-2022%20Aprovada%20JUCEMG.pdf)>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BELO HORIZONTE. Controladoria-Geral do Município. **Relatório de Controle Referente às Contas do Prefeito de Belo Horizonte** – Exercício Financeiro de 2019. Disponível em:

<<<https://sicomconsulta.tce.mg.gov.br/#/private/administracao/relatorio/categoria/3/subcategoria/3?seqMunicipio=3106200&exercicio=2019&grupo=48&assunto=9>>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BELO HORIZONTE. Controladoria-Geral do Município. **Relatório de Controle Referente às Contas do Prefeito de Belo Horizonte** – Exercício Financeiro de 2020. Disponível em:

<<<https://sicomconsulta.tce.mg.gov.br/#/private/administracao/relatorio/categoria/3/subcategoria/3?seqMunicipio=3106200&exercicio=2020&grupo=48&assunto=9>>>. Acesso em 8 nov. 2021.

BELO HORIZONTE. **Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia da Lagoa Da Pampulha**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/informacoes/publicacoes/plano-de-acao-lagoa-da-pampulha>

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Balanco 2014 – Prestação de Contas**, p. 197. Disponível em:

<<[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Planejamento/Revistas%20Balan%C3%A7o/revista\\_balanco\\_pbh\\_2014.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Planejamento/Revistas%20Balan%C3%A7o/revista_balanco_pbh_2014.pdf)>>. Acesso em: 20 out. 2022

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Conjunto Moderno da Pampulha: Dossiê de candidatura para inclusão na lista do Patrimônio Mundial [da UNESCO]**. Belo Horizonte, FMC; IPHAN, 2014. 481 p. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC\\_dossie\\_conjunto\\_moderno\\_%20da\\_pampulha.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_%20da_pampulha.pdf) ou [FMC\\_dossie\\_conjunto\\_moderno\\_da\\_pampulha.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC_dossie_conjunto_moderno_da_pampulha.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Córrego Ressaca**. Belo Horizonte, MG, 2009. 5p. Disponível em:

<<http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/corregoressaca.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Agência Nacional Das Águas (ANA). **Enquadramento dos corpos d'água**. Disponível em:

<<http://pnqa.ana.gov.br/Publicacao/CursoEnquadramentoPortal2010.pdf>>.

BRASIL. Agência Nacional Das Águas (ANA). **Plano Nacional de Recursos Hídricos**, 2019. Disponível em: <<<https://arquivos.ana.gov.br/pnsh/pnsh.pdf>>>.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Presidência da República-Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília: Ipea, 2018. v. 1, 202 p. Disponível em: <<<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Presidência da República-Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018. v. 2, 301 p. Disponível em: <<<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guiaexpost.pdf>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). ADI 1845/RJ. Instituição de região metropolitana para saneamento básico. Relator: Luiz Fux, 6 mar. 2013. **DJe-181**, DIVULG 13-09-2013 PUBLIC 16-09-2013 EMENT VOL-02701-01 PP-00001. Disponível em: <<[https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa\\_inteiro\\_teor=>> \[...\]](https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=>> [...])>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **GAO, Fragmentação, Sobreposição e Duplicidade: Uma Avaliação e Guia Administrativo**. GAO-15-49SP, citado por BRAGA, JAMES (2019). *Government Accountability Office (GAO)* é a entidade fiscalizadora superior dos Estados Unidos, p. 39. Disponível em: <<<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1606>>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria operacional**. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <<[https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual\\_auditoria\\_operacional\\_4\\_edicao.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf)>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública em dez passos**. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021. Disponível em: <<<https://portal.tcu.gov.br/politica-publica-em-dez-passos.htm>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL, Tribunal de Contas da União (TCU). **Projeto Integrar - Propostas para o Fortalecimento do Controle Externo de Políticas Públicas Descentralizadas**. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <<[https://portal.tcu.gov.br/data/files/60/D6/82/E0/9E3477100CE24177F18818A8/Projeto\\_Integrar\\_propostas\\_fortalecimento\\_controle\\_externo\\_politicas\\_publicas\\_descentralizadas.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/60/D6/82/E0/9E3477100CE24177F18818A8/Projeto_Integrar_propostas_fortalecimento_controle_externo_politicas_publicas_descentralizadas.pdf)>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Obras Públicas - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas**, 4ª Ed., TCU, Brasília, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial de Controle de Políticas Públicas**. Brasília: TCU, SecexDesenvolvimento, Semec, Semag, 2020. 152 p. Disponível em: <<<https://portal.tcu.gov.br/tcucidades/publicacoes/detalhes/referencial-de-controle-de-politicas-publicas.htm>>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação da governança do centro de governo**. Brasília: TCU, SecexAdmin, 2016. 99 p. Disponível em: <<<https://portal.tcu.gov.br/referencial-para-avaliacao-da-governanca-do-centro-de-governo.htm>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília: TCU, 2014. 96 p. Disponível em: <<<https://portal.tcu.gov.br/referencial-para-avaliacao-de-governanca-em-politicas-publicas.htm>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança multinível em políticas públicas descentralizadas**. Brasília: TCU, Instituto Rui Barbosa, Atricon, Segecex, SecexEduc, 2021. 28 p. Disponível em: <<<https://portal.tcu.gov.br/referencial-para-avaliacao-de-governanca-multinivel-em-politicas-publicas-descentralizadas.htm>>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ação Civil Pública Cível n. 1066131-83.2021.4.01.3800, de 22/09/2021. Petição inicial-ACP PGMBH. Disponível em: <<[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/peticao-inicial-acp-pgmbh\\_0.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/peticao-inicial-acp-pgmbh_0.pdf)>>. Acesso em: 13 out. 2022.

CBH Rio das Velhas. **Cidades da Bacia têm perdas de água acima da média nacional**. Disponível em: <<<https://cbhvelhas.org.br/novidades/de-28-cidades-da-bacia-21-tem-perdas-de-agua-acima-da-media-nacional-diz-estudo>>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CBH Rio das Velhas. UTE Ribeirão Onça. Disponível em: <<https://cbhvelhas.org.br/onca/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<[www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br)>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ESTUDO hidrogeológico da Bacia da Lagoa da Pampulha: relatório final. CPRM - Serviço geológico do Brasil, 2001. Disponível em: <<https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/20916>>. Acesso em: jan. 2022.

INSTITUTO Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) – Instituto Rui Barbosa (IRB)/Comitê Obras Públicas. PROC-IBR-011/2018 - Análise do Plano de Variação Manual, 2018. Disponível em: <<http://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2018/procedimentos/PROC-IBR-RSU%20011-2018.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<<https://www.ipea.gov.br/ods/>>>.

INTOSAI. *International Organisation of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI). Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) n. 3100. Orientações sobre Conceitos Centrais para Auditoria Operacional. Disponível em: <ISSAI\_3100\_orientacoes\_conceitos\_centrais\_auditoria\_operacional.pdf (tcu.gov.br)>. Acesso em: 10 mar. 2022.

IPHAN. **Belo Horizonte (MG).** Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/250>>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

IPHAN. **Patrimônio Cultural.** Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

MINAS GERAIS. Agência Peixe Vivo. Protocolo de Intenções para Desenvolvimento de Ações Conjuntas, 2021. Disponível em: <<<https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2021/12/2021-Protocolo-de-Intencoes-seguranca-hidrica-RMBH.pdf>>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Arsae-MG. **Relatório de Fiscalização Operacional n. 47/ Sistema de Esgotamento Sanitário Sede Municipal de Contagem.** Ofício ARSAE/GAB nº. 469/2021, de 30/4/2021, encaminhado por *e-mail* em 4/5/2021.

MINAS GERAIS. Arsae-MG. **Relatório de Fiscalização Operacional n. 34/ Sistema de Esgotamento Sanitário Sede Municipal de Contagem**, fev./2022, p. 7. Disponível em: <<[http://www.arsae.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/rf\\_tec\\_op\\_ses\\_Contagem.pdf](http://www.arsae.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/rf_tec_op_ses_Contagem.pdf)>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais. Relatório de Auditoria n. 1500.0755.20. Avaliação da capacidade de análise *ex ante* de políticas públicas. 2020. Disponível em: <<[RA\\_1500.0755.20\\_ExAnte.pdf](#)>> (cge.mg.gov.br).

MINAS GERAIS. Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais. Relatório de Controle Interno 2021. Prestação de Contas do Governador – Exercício Financeiro de 2020. Disponível em: <<<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/553/233/1553233.pdf> - Controladoria Geral do Estado - CGE - Relatórios de Auditoria - 2020>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINAS GERAIS. Igam. **Boletim Trimestral da Densidade de Cianobactérias na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pampulha – Dezembro 2020.** Disponível em: <<<http://www.igam.mg.gov.br/component/content/article/16-duvidas/2438--acessar-dados-e-boletins-de-qualidade-das-aguas-em-minas-gerais-temporario>>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MINAS GERAIS. Igam. **Gestão de bacias hidrográficas: critérios para definição de áreas prioritárias para revitalização** / Organização Nádia Antônia Pinheiro Santos,

Adriana de Fátima Teixeira Guimarães, Marília Carvalho de Melo. --- Belo Horizonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2018. Disponível em: <<[https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Livro\\_Crit%C3%A9rios\\_Igam\\_28\\_12.pdf](https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/images/Livro_Crit%C3%A9rios_Igam_28_12.pdf)>>. Acesso em: 10 out. 2022.

MINAS GERAIS. Igam. **Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais da Sub-Bacia do Ribeirão Pampulha. Relatório Trimestral**. 3º trimestre de 2017. Disponível em: <<[http://www.repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/bitstream/123456789/2370/1/Relatorio%20%C3%81guas%20Superficiais\\_Lagoa%20da%20Pampulha\\_3Trimestre\\_2017%20%281%29.pdf](http://www.repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/bitstream/123456789/2370/1/Relatorio%20%C3%81guas%20Superficiais_Lagoa%20da%20Pampulha_3Trimestre_2017%20%281%29.pdf)>>. Acesso em: 5 out. 2021.

MINAS GERAIS. Igam. **1º Relatório de Monitoramento da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Igam-MG, 2020. Disponível em: <<<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/sem-categoria/338-monitoramento-da-governanca-da-gestao-das-aguas-em-minas-gerais>>>. Acesso em: 9 set. 2021.

MINAS GERAIS. Igam. **Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais**. Disponível em: <<https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/sem-categoria/336-para-saber-mais-1-somos-todos-aguas>>.

MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Gestão ambiental: proteção ambiental do Rio das Velhas: agência de bacia**; Programa de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça (Prosam-MG). Belo Horizonte, [s.n.], set.1997. 46 p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=75504>>. Acesso em: dez. 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). Representação n. 1.126.963.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Water Governance in OECD Countries: A Multi-level Approach: Multilevel Co-ordination of Water Policies*, 2011. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/environment/water-governance-in-oecd-countries/multi-level-co-ordination-of-water-policies\\_9789264119284-6-en](https://www.oecd-ilibrary.org/environment/water-governance-in-oecd-countries/multi-level-co-ordination-of-water-policies_9789264119284-6-en)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Princípios da OCDE para a Governança da Água*, 2015. Disponível em: <<https://www.oecd.org/cfe/regionaldevelopment/OECD-Principles-Water-portuguese.pdf>>.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Water Governance in Cities*, 2016. Disponível em: <<<https://www.oecd.org/environment/water-governance-in-cities-9789264251090-en.htm>>>.

PORTAL InfoHidro. **Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais. Programa Somos Todos Água.** Disponível em: <<<https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/sem-categoria/336-para-saber-mais-1-somos-todos-aguas>>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PSH-RMBH. **Entenda sobre o plano. O PSH-RMBH.** Disponível em: <<<https://www.pshrmbh.com.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em: <<<http://www.rmbh.org.br/>>>.

## V. Artigos, estudos e trabalhos acadêmicos

ASSIS, Wanessa Dunga et al. **Aplicação da Governança Multinível em uma bacia hidrográfica compartilhada,** 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbrh/a/HPh4c3dj33b9jjmx8KQkgcB/?format=pdf&lang=en>

BEATO, D. A. C., MEDEIROS, M. J., DREWS, M. G. P., & Dutra, G. M. (2003). **Impactos Urbanos Em Águas Subterrâneas –Bacia Da Lagoa Da Pampulha, Belo Horizonte-Mg. Águas Subterrâneas.** Disponível em: <<<https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/1312/1090>>>. Acesso em 5 dez. 2022.

BRASIL. IPEA. **A implementação do Estatuto da Metrópole na Região Metropolitana de Belo Horizonte,** 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9884/1/A%20Implementacao%20do%20Estatuto%20da%20Metropole%20na%20Regiao%20Metropolitana%20de%20Belo%20Horizonte.pdf>

BRASIL. IPEA. **Diálogos sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável e os desafios para a gestão da água e do saneamento no Brasil,** 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8284>

CASTILHO, Jefferson Henrique Morais. **A Governança da Água no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Sanitária). Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10242#:~:text=Biblioteca%20Digital%20de%20Teses%20e,bacia%20hidrogr%C3%A1fica%20do%20rio%20Parana%C3%ADba&text=Resumo%3A,como%20gerir%20os%20recursos%20h%C3%ADdricos>

CHAMPS, J. R. B. (1992). **Algumas Considerações Sobre a Situação Sanitária da Bacia da Pampulha.** In: Anais do Seminário Bacia Hidrográfica da Pampulha, pp. 134-142.

COUTINHO, Weber. **Emprego da Flotação a Ar Dissolvido no Tratamento de Cursos d'Água - Avaliação de Desempenho da Estação de Tratamento dos Córregos**

**Ressaca e Sarandi Afluentes à Represa da Pampulha.** Belo Horizonte : Escola de Engenharia da UFMG, 2007. Disponível em:

<<<https://www.smarh.eng.ufmg.br/defesas/293M.PDF>>>. Acesso em: 20 out. 2022.

FÉRES, Luciana Rocha. **Biografia de uma Paisagem Cultural: Conjunto Moderno da Pampulha.** Belo Horizonte: Fórum Patrimônio. Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2003. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34452>>. Acesso em 6 dez. 2021.

FERNANDES, Camila Yarla. **Inserção de trama verde e azul em ocupações urbanas consolidadas orientada pela participação social,** 2018. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/RAOA-BBJNP6>

FRANCISCO, Karla Helena. **Diagnóstico da Condição de Saneamento e Qualidade das Águas dos Contribuintes do Reservatório da Pampulha.** Monografia apresentada como conclusão do curso de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BCCPBC/1/monografia\\_karla\\_ufmg.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BCCPBC/1/monografia_karla_ufmg.pdf)>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FURTADO, Ana Paula F. V. *et al.* **Avaliação de alternativas para reabilitação de lagos urbanos: o caso da lagoa da Pampulha.** Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, CAPES, UNIFEI, 2019. Disponível em:

<<<https://capacitacao2.ana.gov.br/conhecerh/handle/ana/2257>>>. Acesso em 5 dez. 2022.

GRANZIERA, Maria Luiza *et al.* **Direito de águas à luz da governança.** Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Brasília: ANA, 2020, p. 55. Disponível em: <<<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/ana-lanca-livro-digital-direito-de-aguas-a-luz-da-governanca-em-tres-idiommas/livro-direito-de-aguas-a-luz-da-governanca-pt.pdf>>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

HENRIQUE, Raquel, *et al.* **Perspectiva para o planejamento regional: um breve olhar sobre a proposta da trama verde e azul nas experiências da região de nor-pas-de-calais na França e da região metropolitana de Belo Horizonte, no Brasil,** 2019. Disponível em: <<<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26828>>>.

LARA, Glauciene. **A Lagoa encolheu.** UFMG. Belo Horizonte: Revista BOLETIM, 1612, ano 34, 2.6.2008. Disponível em:

<<<https://www.ufmg.br/boletim/bol1612/4.shtml>>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LEMO, Rodrigo Silva. **Entre os Limites e as Fronteiras da Gestão de Recursos Hídricos e da Gestão Municipal:** Pressões Ambientais, Expansão Urbana e a Situação Hidroambiental da Bacia Hidrográfica Lagoa da Pampulha – Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese de Dissertação. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-A2LP5J>>. Acesso em 5 out. 2021.

LEMOS, Rodrigo Silva *et al.* **A evolução do uso e ocupação em uma bacia hidrográfica urbana e suas consequências para a qualidade ambiental: reflexões a partir do caso da lagoa da Pampulha, região metropolitana de belo horizonte.** Belo Horizonte, 2014.

LEMOS, Rodrigo Silva. **A integração da gestão territorial a partir da política das águas**, 2018. (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/EQVA-BBXHCH>.

LIMA, Angelo José Rodrigues, NERY, Jonas Teixeira. Revisitando o conceito de bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e a governança das águas, 2018. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1846>>.

LIMA, Geisiane Aparecida *et al.* **Diagnóstico dos Córregos de Influência Direta da Lagoa da Pampulha com Base nos Requisitos do Código Florestal Brasileiro por Meio da Utilização das Ferramentas do SIG.** In: VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Campina Grande - PB. Campina Grande, VII ConGeA, 2016. 9p. Disponível em: VIII-073 (ibeas.org.br). Acesso em: 10 fev. 2023.

MACHADO, Antônio Thomaz Gonzaga da Matta *et al.* (Organizadores). **Revitalização de Rios no Mundo - América, Europa e Ásia**, 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/017655.shtml>

MAIA, Adelená Gonçalves. **As consequências do assoreamento na operação de reservatórios formados por barragens.** Tese de doutorado, USP, São Carlos – SP, 2006. Disponível em: <<[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-18022007-204402/publico/Tese\\_Maia.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18138/tde-18022007-204402/publico/Tese_Maia.pdf)>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MELO, Marília Carvalho. **Segurança Hídrica para Abastecimento Urbano: Proposta de Modelo Analítico e Aplicação na Bacia do Rio das Velhas, Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.coc.ufrj.br/pt/teses-de-doutorado/391-2016/8306-marilia-carvalho-de-melo>>.

MESQUITA, Luís Fábio Gonçalves. **Os comitês de bacias hidrográficas e o gerenciamento integrado na Política Nacional de Recursos Hídricos.** UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 45. 10.5380/dma.v45i0.47280. Disponível em: <<[https://www.researchgate.net/publication/324934231\\_Os\\_comites\\_de\\_bacias\\_hidrograficas\\_e\\_o\\_gerenciamento\\_integrado\\_na\\_Politica\\_Nacional\\_de\\_Recursos\\_Hidricos](https://www.researchgate.net/publication/324934231_Os_comites_de_bacias_hidrograficas_e_o_gerenciamento_integrado_na_Politica_Nacional_de_Recursos_Hidricos)>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MINTZ, V. As origens da degradação da Pampulha, em Belo Horizonte. In: Anais: Seminário de História da Cidade e do urbanismo, v. 8, n. 2, 2004.

MOREIRA, Fernanda D. *et al.* **Análise da Continuidade do “Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia da Pampulha”** (Propam). Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e295974198, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4198>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Governança dos Recursos Hídricos no Brasil, 2015. Disponível em: [https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/avaliacao/cgu/ocde\\_governanca-dos-recursos-hidricos-no-brasil\\_2015.pdf](https://progestao.ana.gov.br/progestao-1/avaliacao/cgu/ocde_governanca-dos-recursos-hidricos-no-brasil_2015.pdf)

OLIVEIRA, M. G. B.; BAPTISTA, M. B. (1997). **Análise da evolução temporal da produção de sedimentos na bacia hidrográfica da Pampulha e avaliação do assoreamento do reservatório**. In: Anais do XII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Vitória.

PINTO-COELHO, Ricardo Mota. **Evolução no grau de eutrofização da Lagoa da Pampulha: comparação de ciclos sazonais de nutrientes (N e P) e organismos planctônicos**. In: GODINHO, H. (Ed.). Anais do Seminário da Bacia Hidrográfica da Pampulha. Belo Horizonte, 1992, 1-14 pp.

PIZELLA, Denise Gallo; SOUZA, Marcelo Pereira. **Avaliação Ambiental Estratégica de Planos de Bacias Hidrográficas**, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/esa/a/fHNJHpVMrppXN9hSrrpfVFc/?format=pdf&lang=pt>>.

POLIGNANO, Marcus Vinícius, *et al.* **Diagnóstico preliminar. Meta 2014. Revitalização da Bacia do Rio das Velhas**. Belo Horizonte: Fundep, 2012. 60 p. Disponível em: <<<https://www.cdn.agenciapeixevivo.org.br/files/images/arquivos/estudoscbhvelhas/Diagnostico%20Polui%C3%A7%C3%A3o%20difusa.produto%201.pdf>>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RESCK, Rafael Pereira *et al.* **Nova batimetria e avaliação de parâmetros morfométricos da Lagoa da Pampulha**. Belo Horizonte: Geografias. 3. julho-dezembro de 2007, pp. 24-37. Disponível em: <<[https://www.researchgate.net/publication/306940135\\_Nova\\_batimetria\\_e\\_avaliacao\\_de\\_parametros\\_morfometricos\\_da\\_Lagoa\\_da\\_Pampulha\\_Belo\\_Horizonte\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/306940135_Nova_batimetria_e_avaliacao_de_parametros_morfometricos_da_Lagoa_da_Pampulha_Belo_Horizonte_Brasil)>>. Acesso em: 20 out. 2022.

UNESCO. Conjunto Moderno da Pampulha. Disponível em: <<<https://whc.unesco.org/document/152798>>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNESCO. Relatório apresentado pela Unesco em resposta ao relatório de conservação do Iphan. **2017 State of conservation report by the State Party / Rapport de l'Etat partie sur l'état de conservation**. Disponível em: <<<https://whc.unesco.org/en/soc/3719>>>; <<<https://whc.unesco.org/en/list/1493/documents>>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais (UFMG). Fundação Christiano Ottoni. Contrato AJ n. 89/2018 Smobi-BH. Relatório de Diretrizes e Prognóstico acerca do Tratamento das Águas da Lagoa da Pampulha.

VASCONCELOS, Maria Edelcides Gondim. **Avaliação ambiental estratégica para a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos**, 2013. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/bxj5n/pdf/lira-9788578792824-13.pdf>>.

## VI. Outros documentos e sites

ASSOCIAÇÃO Civil Comunitária da Bacia da Pampulha. **Estatuto**. DOM de Belo Horizonte de 19 de abril de 2000 e DOM de Contagem de 20 de abril de 2000. Disponível em: <<http://aguasdapampulha.org/consorcio-pampulha>>.

BELO HORIZONTE. **Avaliação Ambiental Estratégica de Belo Horizonte**. Disponível em: <<<https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/avaliacao-ambiental-estrategica-de-belo-horizonte>>>.

BELO HORIZONTE. Ato Administrativo: Fundação Zoo-Botânica completa 19 anos no Dia Mundial do Meio Ambiente. **DOM**, Belo Horizonte, ano 16, n. 3.598, 5 jun. 2010. Disponível em: <<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1033825>>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ipea. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<<https://www.ipea.gov.br/ods/>>>.

COPASA. Copasa contribui com o projeto por meio do Programa de Despoluição da Lagoa da Pampulha, que permitirá a coleta de 100% do esgoto direcionado ao cartão-postal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em: <<[PampulhaPatrimonioMundial.pdf](#) (copasa.com.br)>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MINAS GERAIS. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH**. Disponível em: <<<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/pddi/>>>.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). **Plano Estadual de Saneamento Básico de Minas Gerais (PESB-MG)**. Disponível em: <[www.meioambiente.mg.gov.br/saneamento/-plano-estadual-de-saneamento-basico-de-minas-gerais-pesb-mg](http://www.meioambiente.mg.gov.br/saneamento/-plano-estadual-de-saneamento-basico-de-minas-gerais-pesb-mg)>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Plano Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disponível em: <<<http://www.rmbh.org.br/>>>.